

II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA, POLÍTICA
CRIMINAL E PROCESSO III**

**JAQUELINE DE PAULA LEITE ZANETONI
SÉRGIO HENRIQUES ZANDONA FREITAS**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito penal, criminologia, política criminal e processo III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Sérgio Henriques Zandona Freitas

Jaqueline de Paula Leite Zanetoni – Florianópolis: CONPEDI, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-203-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito, pandemia e transformação digital: novos tempos, novos desafios?

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. II Encontro Virtual do CONPEDI (2: 2020 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA, POLÍTICA CRIMINAL E PROCESSO

III

Apresentação

É com muita satisfação que apresentamos o Grupo de Trabalho e Pesquisa (GT) de Pôster denominado “DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA, POLÍTICA CRIMINAL E PROCESSO III” do II Encontro Virtual do CONPEDI, com a temática “Direito, Pandemia e Transformação Digital: Novos Tempos, Novos Desafios”, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), Sociedade Científica do Direito no Brasil, e apoio da UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus, em evento realizado entre os dias 02 e 08 de dezembro de 2020, de forma remota, com a utilização da Plataforma ConferênciaWeb RNP, tendo em vista o momento mundial de pandemia e isolamento social imposto pelo COVID19.

Trata-se de publicação que reúne pôsteres de temáticas diversas atinentes ao Direito material e processual penal, apresentados e discutidos pelos autores e coordenadores no âmbito do Grupo de Trabalho e Linha de pesquisa. Compõe-se de textos doutrinários, advindos de projetos de pesquisa e estudos distintos de vários programas de pós-graduação e graduação, que colocam em evidência para debate da comunidade científica assuntos jurídicos relevantes.

Assim, a coletânea reúne uma gama de pôsteres que apontam questões jurídicas relevantes na sociedade contemporânea, todos com olhos e vinculados ao Estado Democrático de Direito.

O primeiro pôster teve com título “O POPULISMO PENAL MIDIÁTICO COMO FATOR DE LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLICIAL: O CONTROLE SOBRE OS CORPOS”, das autoras Débora Cristina da Silva Passos e Maria Vitória Balieiro Pinheiro.

O segundo pôster “OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO FRENTE À CULTURA INQUISITÓRIA” da lavra do autor Matheus Carvalho Pereira, sob a orientação da Professora Lidiane Maurício dos Reis.

“PACOTE ANTICRIME E A VALIDAÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO NO PROCESSO PENAL: A TARDIA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL À CONSTITUIÇÃO”, terceiro da coletânea, é o trabalho da autora Marcelle Carneiro Mota da Silva.

O quarto texto, com o verbete “PREVENÇÃO AO COVID-19 NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA RECOMENDAÇÃO Nº 62/2020 DO CNJ”, de autoria de Caio Carneiro Freire.

O quinto texto, da lavra das autoras Maria Inês Lopa Ruivo e Letícia Torrão e Silva, é intitulado “PRISÃO PREVENTIVA NA PANDEMIA: A RECOMENDAÇÃO Nº 62 DO CNJ E A PRISÃO DOMICILIAR”.

No sexto pôster intitulado “RELEITURA. PROGRAMA REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA: EFETIVIDADE EM UNIDADES PRISIONAIS DE DIFERENTES DENSIDADES POPULACIONAIS DO ESTADO DE GOIÁS”, de autoria de Liana Antunes Vieira Tormin e de Rodrigo Ribeiro Cardoso, sob a orientação do Professor Saulo de Oliveira Pinto Coelho.

O sétimo texto da coletânea, da autora Juliana Gomes Onofre da Silva, sob a orientação da Professora Verena Holanda de Mendonça Alves, aprovado com o verbete “SELETIVIDADE PENAL: O INTERESSE DAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE NO ESTIGMA FALACIOSO DA CLASSE DOMINADA”.

“TECNOLOGIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: COMO OS DIREITOS E GARANTIAS ESTÃO SENDO GARANTIDOS AO ENCARCERADO NA PANDEMIA” é o título do oitavo texto da coletânea, com autoria de Lorenna Castro Gama e orientação do Professor Ronaldo Alves Marinho da Silva.

O nono pôster foi denominado “UM EMBATE ENTRE NORMAS: O CRIME DE RACISMO PODE SER CONSIDERADO UMA ESPÉCIE DE TERRORISMO?” pelas autoras Laura Bernis Mohallem e Sofia Moreira Martins, sob a orientação do Professor Sérgio Henriques Zandoná Freitas.

E o décimo e último texto, intitulado “UM ESTUDO ACERCA DA CIBERCRIMINALIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19”, dos autores Renan Tolentino Saraiva e Gabriela Emanuele de Resende.

Em linhas gerais, os textos reunidos traduzem discursos interdisciplinares maduros e profícuos. Percebe-se uma preocupação salutar dos autores em combinar o exame dos principais contornos teóricos dos institutos, aliando a visão atual de efetividade na busca por direitos e garantias fundamentais na esfera criminal. A publicação apresentada ao público possibilita acurada reflexão sobre tópicos avançados e desafiadores do Direito material e processual penal contemporâneo. Os textos são ainda enriquecidos com investigações legais e doutrinárias da experiência jurídica estrangeira a possibilitar um intercâmbio essencial à busca

de soluções para as imperfeições do sistema brasileiro e internacional.

Sem dúvida, esta publicação fornece instrumentos para que pesquisadores e aplicadores do Direito compreendam as múltiplas dimensões que o mundo contemporâneo assume na busca da conjugação da promoção dos interesses individuais e coletivos para a consolidação de uma sociedade dinâmica, multifacetada e de consenso.

Na oportunidade, os Organizadores prestam sua homenagem e agradecimento a todos que contribuíram para esta louvável iniciativa do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) e, em especial, a todos os autores que participaram da presente coletânea de publicação, com destaque pelo comprometimento e seriedade demonstrados nas pesquisas realizadas e na elaboração dos textos de excelência.

Convida-se a uma leitura prazerosa dos pôsteres apresentados de forma dinâmica e comprometida com a formação de pensamento crítico, a possibilitar a construção de um Direito voltado à concretização de preceitos insculpidos no Estado Democrático Constitucional de Direito.

10 de dezembro de 2020.

Professora Ms. Jaqueline de Paula Leite Zanetoni

Docente na Universidade de Mogi das Cruzes - Campus Vila Leopoldina/SP e do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários

jaquelineplzanetoni@gmail.com

Professor Dr. Sérgio Henriques Zandona Freitas

Coordenador e Docente Permanente do PPGD e do PPGMCult da Universidade FUMEC e do

Instituto Mineiro de Direito Processual (IMDP)

sergiohzf@fumec.br

RELEITURA. PROGRAMA REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA: EFETIVIDADE EM UNIDADES PRISIONAIS DE DIFERENTES DENSIDADES POPULACIONAIS DO ESTADO DE GOIÁS

Saulo De Oliveira Pinto Coelho¹
Liana Antunes Vieira Tormin
Rodrigo Ribeiro Cardoso

Resumo

INTRODUÇÃO

Objetiva-se avaliar a efetividade do Programa Remição da Pena pela Leitura, no contexto do Estado de Goiás, como instrumento de política criminal e assistência educacional em estabelecimentos penais goianos de diferentes densidades populacionais, no interstício de 2018 a 2021.

A Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, preceitua que a remição da pena pode se aperfeiçoar por duas vias: estudo e trabalho. Trata-se do direito de cumprir a pena pelo efetivo exercício de atividade laboral ou educacional. A remição da pena pela leitura (como modalidade de estudo) foi inaugurada no Sistema Penitenciário Federal Brasileiro, em 2009.

O Conselho Nacional de Justiça expediu a Recomendação nº 44/2013 para que Tribunais estimulem essa modalidade de remição. Em Goiás, a prática se estabeleceu em 2014, na Penitenciária Odenir Guimarães, pela Portaria Interinstitucional 01/2014 – SAPeJUS/TJGO/VEP. Em 2018, a Portaria Interinstitucional 01/2018 – TJGO/MPGO/DGAP/SEDUCE uniformizou o instituto dispondo sobre o Programa Remição da Pena pela Leitura em Goiás.

Na prática, a remição da pena pela leitura consiste no abatimento dos dias de pena em razão da leitura de obras literárias, documentada em resenhas ou resumos, conforme o nível de escolaridade do preso, desde que aprovados por comissão instituída, sob o crivo do Poder Judiciário.

PROBLEMA DE PESQUISA

O acesso ao trabalho e ao estudo constituem direitos do preso, em regra não concretizados no sistema penitenciário goiano, posto que o ensino formal é ofertado em 33,04% dos estabelecimentos penais, sendo que apenas 6,3% da população carcerária está matriculada. Já o trabalho está presente em 103 unidades, contudo, por limitações como número de vagas e perfil dos apenados, é efetivamente exercido por 18,8 % dos presos provisórios e definitivos.

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

De acordo com a DGAP, atualmente, 95 das 115 unidades prisionais goianas constituíram comissões para avaliação da leitura, o que corresponde a 82,60% dos estabelecimentos, portanto trata-se de instrumento que visa funcionar como alternativa ao acesso à educação formal.

Em 04 de março de 2020, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, pela Nota Técnica 01/2020/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ apresentou o marco inicial para a criação do Plano Nacional de Remição da Pena pela Leitura.

Doravante, a expectativa é de que essa modalidade de remição seja implementada em maior escala no País.

Todavia, poucos trabalhos científicos se dedicaram ao estudo dessa política pública, o que prejudica a orientação do Poder Público.

Nesse contexto, pretende-se responder à seguinte questão central: O Programa Remição da Pena pela Leitura constitui instrumento efetivo de política criminal e assistência educacional aos apenados de unidades prisionais com diferentes índices populacionais de Goiás?

Também nortearão a pesquisa as seguintes questões específicas: Como se avalia o custo-efetividade da remição pela leitura comparativamente à remição pelo trabalho e pelo estudo? Os resultados do referido Programa indicam que é adequada a sua implementação como política pública em Goiás? Qual é o grau de confiabilidade e eficácia do Programa, quanto à efetiva introdução da leitura na realidade cotidiana dos apenados? É possível estabelecer relações entre participação nesse Programa e indicadores de ressocialização, como reincidências? Quais as medidas necessárias para aprimorar o Programa e maximizar sua replicação eficiente e adequada?

OBJETIVO

O objetivo geral do trabalho é avaliar a efetividade do Programa Remição da Pena pela Leitura como instrumento de política criminal e assistência educacional em unidades prisionais com diferentes índices populacionais de Goiás, de 2018 a 2021.

Objetiva-se secundariamente uma abordagem comparativa do custo-efetividade da remição pela leitura, trabalho e estudo e tenciona-se dissecar a atuação dos órgãos de execução do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública nas execuções penais.

Enfim, propõe-se avaliar se é adequada a universalização do Programa no sistema prisional goiano e relacionar as medidas que podem ser adotadas para aprimorá-lo.

MÉTODO

Trata-se de pesquisa quali-quantitativa nas áreas do Direito, Sociologia e Educação.

O recorte temporal foi eleito considerando-se a dinamicidade das penas e a Portaria Interinstitucional 01/2018 – TJGO/MPGO/DGAP/SEDUCE.

O estudo bibliográfico basear-se-á no acervo doutrinário e acadêmico sobre encarceramento, execução penal, remição, trabalho, educação e leitura na prisão.

Foram selecionadas as três unidades prisionais mais populosas e as três menos populosas, dentre aquelas que encaminham informações regulares sobre o Programa, tais sejam: Penitenciária Odenir Guimarães, Unidade Prisional Regional de Itumbiara, Casa de Prisão Provisória de Rio Verde, Unidade Prisional Regional de Joviânia, Unidade Prisional Regional Feminina de Corumbaíba e Unidade Prisional Regional de Itauçu.

A primeira etapa da pesquisa centrar-se-á no estudo de caso da oferta de trabalho, estudo e leitura nos estabelecimentos selecionados, mediante estudo de campo, entrevistas e levantamento de dados.

Na segunda etapa, proceder-se-á à análise do custo-efetividade do Programa como instrumento de política criminal pelos seguintes indicadores, comparativamente ao trabalho e estudo, nas unidades selecionadas: (a) estrutura física e humana; (b) custo; (c) alcance; (d) adesão; (e) impacto.

Na terceira fase, aprofundar-se-á na efetividade do Programa como instrumento de assistência educacional para uma amostra de apenados, pelos seguintes indicadores: (a) desempenho; (b) quantidade de obras lidas; (c) quantidade de resenhas/resumo apresentados; (d) quantidade de resenhas/resumo aprovados; (e) tempo de permanência; (f) comportamento; (g) dias remidos; (h) perfil; (i) satisfação com a leitura.

A quarta etapa da pesquisa, voltar-se-á para o estudo das execuções penais dos integrantes da amostra, quando averiguar-se-á o impacto da leitura e o papel exercido pelos órgãos de execução do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

No desfecho, tenciona-se sistematizar as análises, para responder às questões central e específicas mencionadas.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Preliminarmente, apresenta-se um plano de trabalho dotado de tecnicidade, com potencial de replicabilidade e alcance dos objetivos, contribuindo para o avanço da ciência.

Nota-se, até o momento, que a leitura, como instrumento de remição, é acessível em larga escala no sistema prisional goiano, disponível para 74,1% dos apenados, enquanto o trabalho é exercido por 18,8% dos reeducandos e apenas 6,3% desses estão matriculados no ensino formal.

A obtenção desse panorama geral representa importante contribuição que, somada à análise empírica dos indicadores eleitos, dentro da metodologia proposta, orientará o Poder Público no aprimoramento de políticas públicas afetas à execução penal em Goiás.

Palavras-chave: remição, pena, leitura

Referências

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. 670 p.

ANCEL, Marc. A Nova Defesa Social: um movimento de política criminal humanista. Tradução Osvaldo Melo. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo. Ed. Jurídica Gaetano Dibenedetto: 1996.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan Ltda, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BENETI, Sidnei Agostinho. Execução Penal. São Paulo. Ed. Saraiva: 1996.

BUCCI, Maria Paula (Org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. 310 p.

BUCH, João Marcos. Execução Penal Aplicada: anotações para a redução de danos. São

Paulo: Direito Humano, 2020. 118p.

CANOTILHO, José Joaquim. Constituição Dirigente e vinculação do legislador. Contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas. 2ª edição, Coimbra Editora, 2001.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A capitalização do tempo social na prisão: a remição no contexto das lutas de temporização na pena privativa de liberdade. São Paulo: Método: IBBVVRIM, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. Revista Interesse Público, n. 16, out/dez/2002.

DOTTI, R. A. A Crise do Sistema Penal. Revista dos Tribunais, nº 768, outubro 1999.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. Pesquisa empírica em direito [livro eletrônico]: as regras de inferência. São Paulo: Direito GV, 2013. (Coleção acadêmica livre) 7 Mb, PDF.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. Microfísica do poder, v. 17, p 69-78, 1997.

GARCIA, Basileu. Instituições de Direito Penal, Vol. I, Tomo I, 7ª ed., 2012.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Teresa Fonseca. (Re)Pensando a pesquisa jurídica. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 237p.

JONH, V. M., Palavras da salvação: as representações da leitura na prisão. 2004. 193 f. 2004. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KOPITTKE, Alberto Liebling Winorgron, Segurança Pública Baseada em Evidências: A Revolução das Evidências na Prevenção à Violência no Brasil e no Mundo. 2019. 414 f. Tese de Doutorado em Políticas Públicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Políticas Públicas no Estado Constitucional. São Paula: Atlas, 2013. 201 p.

MACHADO, Máira Rocha (Org.). Pesquisar empiricamente o direito. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. 428 p. ISBN: 978-85-94172-00-6. Disponível

em:<https://www.reedpesquisa.org>. Acesso em 02/11/2018.

MARTHA, Alice Aurea Penteado. *Leitura na prisão*. Maringá: Eduem, 2011.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. *Estatística Básica: probabilidade e inferência*, volume único. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2010, 6ª reimpressão, fevereiro de 2015.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Comentários à Lei de Execução Penal*. 3.ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1996.

OLIVEIRA, João Bosco. *Execução penal: uma realidade jurídica, social e humana*. São Paulo: Ed. Atlas, 1990.

PETIT, Michele. *Jovens e a leitura, Os*. São Paulo: Editora 34, 2008.

RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa, *Uma teia de relações: o livro, a leitura e a prisão: um estudo sobre a remição de pena pela leitura em Penitenciárias Federais Brasileiras*. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Literatura e Práticas Sociais) – Universidade de Brasília, Distrito Federal.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada, *Execução Penal teoria crítica*. São Paulo: Saraiva, 2016.

ROSA, Antônio José Miguel Feu. *Execução Penal*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2020.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael. *Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção*. *Rap – Rio de Janeiro* 42(3):529-50, maio/jun.2008.

TRIOLA, Mario F.. *Introdução à estatística: atualização da tecnologia*. Tradução e revisão técnica Ana Maria Lima de Farias, Vera Regina Lima de Faria e Flores, 11ª edição, Rio de Janeiro, LTC, 2015.

VARELLA, Dráusio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1999.

ZAFFARONI, Raúl; OLIVEIRA, Edmundo. *Criminologia e política criminal*. Rio de Janeiro: GZ, 2012.

ZAFFARONI, Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 796 p.

ZIBERMAN, Regina. Fim dos livros, fim dos leitores? São Paulo: Senac, 2001.